

## Os anos rebeldes da brasilidade

*Andrea Maria Vizzotto Alcântara Lopes*

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Marcelo Ridenti, professor titular de Sociologia da Unicamp, tem contribuído de maneira significativa para os estudos sobre as relações entre cultura e política e para a historiografia da produção intelectual e artística da esquerda brasileira das décadas de 1960 e 1970. Em seu mais recente livro, *Brasilidade revolucionária*, o autor assume uma intenção provocativa ao unir dois termos que podem parecer antagônicos. Enquanto “brasilidade” tem um sentido facilmente reconhecível – de acordo com a definição colhida pelo autor no *Novo dicionário Aurélio* –, como uma “propriedade distintiva do brasileiro e do Brasil”, o adjetivo “revolucionária” confere ao substantivo uma qualidade não tão evidente, em virtude das diversas apropriações do termo “revolução” pelos atores sociais, durante o século XX. Ridenti explicita a provocação ao estabelecer um recorte ideológico que subverte o sentido comumente aceito para “brasilidade” – associada, ora a um programa conservador e nacionalista à direita, ora a um populismo nacionalista à esquerda –, demonstrando a existência, ao longo das décadas de 1950 e 1960, de um projeto alternativo para o desenvolvimento da sociedade brasileira que não pode ser compreendido apenas por essas análises polarizadas. Para ele, a *brasilidade revolucionária* fez parte de um imaginário compartilhado pela esquerda brasileira que, de acordo com suas palavras, buscava a construção de uma sociedade “nacional-democrática ou socialista, que permitiria realizar as potencialidades de um povo e de uma nação”.

Ao propor uma “brasilidade” construída pela esquerda, o autor questiona modelos explicativos nascidos no interior de debates intelectuais travados no momento em que se configuravam as

“novas esquerdas”, durante os anos 1980, e que identificavam o nacionalismo de esquerda com o populismo. São interpretações que se tornaram canônicas e que procuravam explicar a derrota política sofrida com o golpe civil-militar de 1964, ao mesmo tempo em que eram revisadas as formas de atuação dos intelectuais de esquerda em um contexto de emergência de novos movimentos sociais. Àquela altura, passou-se a valorizar as transformações propostas pelas “bases” e não mais aquelas prometidas pelas chamadas “vanguardas” que, até então, procuravam conduzir o desenvolvimento do país.

Marcelo Ridenti já havia desenvolvido uma discussão fecunda acerca da produção intelectual e artística da esquerda brasileira em seu *Em busca do povo brasileiro* (2000), adotando, como referencial teórico, o conceito de “romantismo revolucionário”, conforme formulado por Michael Löwy e Robert Sayre em *Revolta e melancolia* (1995). Neste sentido, Ridenti procurou definir o romantismo, para além de suas características estéticas ou filosóficas, como uma visão de mundo, cujos traços distintivos – a crítica ao capitalismo e uma “autocrítica” da modernidade – ajudam a entender a relação da esquerda brasileira com as classes populares. A partir de vários depoimentos, *Em busca do povo brasileiro* recuperava a atuação de diversos artistas e intelectuais, mostrando as ambiguidades e tensões dos projetos de conscientização popular que, com suas contradições, também continham perspectivas autoritárias.

Já nesse novo trabalho, Ridenti reconhece o caráter polêmico do conceito, pois, segundo ele, o romantismo costuma ser associado à reação e não à revolução. Porém, a ambiguidade do conceito pode ser interessante para entender uma produção cultural igualmente ambígua e complexa. Aprofundando sua análise, o autor também se aproxima das formulações teóricas de Raymond Williams, em *Marxismo e literatura* (1979), e de

suas reflexões sobre as “estruturas de sentimento” que ajudam a matizar uma pluralidade de expressões que não se organizam de forma rígida. Ao mesmo tempo, rompe com interpretações dicotômicas que contrapõem o pensar ao sentir, entendendo-os de forma relacional, ou seja, os valores e significados são construídos pela experiência vivida, contribuindo, dessa forma, para uma discussão sobre o engajamento de intelectuais e artistas que contemple, também, as ambivalências e incoerências comuns à trajetória de vida dos indivíduos. Ridenti delimita e contextualiza sua abordagem sociológica, a partir do conceito de “comunidade imaginada” desenvolvido por Benedict Anderson em *Comunidades imaginadas* (1983), argumentando que, a partir do final da década de 1950, “compartilhavam-se ideias e sentimentos de que estava em curso a revolução brasileira, na qual artistas e intelectuais deveriam engajar-se”. Essa discussão é aprofundada no terceiro capítulo, “Brasilidade revolucionária como estrutura de sentimento: os anos rebeldes e sua herança”, quando o autor analisa as manifestações de artistas e intelectuais nos anos 1960, período que marca o apogeu dessa estrutura de sentimento.

Alguns aspectos desse sentimento de brasilidade revolucionária são discutidos, como a necessidade de conhecer o povo brasileiro; a idealização do homem do campo como portador de uma pureza e autenticidade ainda não contaminadas pelo capitalismo e pela industrialização urbana; a luta contra o latifúndio e o subdesenvolvimento do país; e a denúncia das desigualdades sociais. Ridenti destaca, também, que as representações de harmonia racial foram retomadas, durante os anos 60 e 70, mas, agora, de forma questionadora, para romper com a ordem social e transformar o Brasil, cuja integração social e racial ainda não se efetivara, mas que poderia vir a sê-lo.

No quarto capítulo, “A questão da terra no cinema e na canção: dualismo e brasilidade revolucionária”, Ridenti problematiza algumas interpretações que se tornaram hegemônicas na discussão sobre a cultura do período, como a influência das teses desenvolvimentistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). A hipótese, primeiramente formulada por Jean-Claude Bernardet para

o Cinema Novo em *Cineastas e imagens do povo* (1985), teria sido estendida, segundo Ridenti, para as demais manifestações artísticas, transformando as teses dualistas – que postulavam uma cisão entre um Brasil moderno e um Brasil atrasado – em um pólo centralizador da análise acerca da produção cultural dos anos 1950 e 1960. Ridenti procura matizar essa abordagem, mostrando que havia desvios em relação a essa “norma” estabelecida pela crítica, mas que, por outro lado, a ênfase nas contradições rurais poderia resultar de identificações das esquerdas brasileiras com experiências no cenário internacional, como a Revolução Cubana, vitoriosa em 1959.

A desnaturalização de interpretações já consagradas sobre a relação entre o cinema e a política nos anos 1960, que privilegiam o Cinema Novo em detrimento de outras experimentações estéticas, é outra contribuição relevante do autor, ao propor que filmes como *O pagador de promessas* – dirigido por Anselmo Duarte, baseado na peça homônima de Dias Gomes e premiado em Cannes em 1963 – compartilhavam do sentimento de brasilidade revolucionária, embora com outra proposta de narrativa fílmica, sob a influência marcante do neo-realismo italiano. Não se trata de incorporá-lo esteticamente à produção considerada representativa do Cinema Novo, mas de perceber as diferentes formas de pensar a sociedade brasileira expressas na produção cinematográfica. Em um cenário de expansão da indústria cultural, Ridenti adverte para a existência de conflitos e disputas pela legitimidade e hegemonia no campo do cinema que devem ser problematizados.

Embora o fio condutor da obra seja, conceitualmente, o sentimento de brasilidade revolucionária, o estudo não o emprega de forma a homogeneizar toda a produção artística do período. Ampliando as fontes de seu exame, Ridenti procura demonstrar que havia várias formas através das quais se expressava esse sentimento na canção popular, mas que não pairava onipresente por toda a produção cultural do período. Assim, o autor consegue recuperar um cenário plural atravessado por diversos conflitos.

Marcelo Ridenti também procura complexificar sua interpretação, fugindo de formulações

simplistas ou deterministas, quando, no segundo capítulo “Artistas e intelectuais comunistas no auge da Guerra Fria”, discute a relação entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os artistas e intelectuais, no contexto de modernização da sociedade brasileira durante os anos 1950. Rompendo com a explicação reducionista de que os artistas eram instrumentalizados pelo partido, observa que esse tipo de abordagem acaba por excluir a possibilidade de ação voluntária e de interesse próprio desses atores sociais. Tratava-se de uma relação com ganhos recíprocos, segundo ele, pois a rede de contatos internacionais do PCB permitia que os artistas alcançassem prestígio e novas oportunidades profissionais em seus respectivos campos de atuação, fundamentais para a promoção do desenvolvimento cultural em um cenário ainda incipiente em algumas áreas. Com o processo de modernização conservadora em expansão nos anos 1960, teria florescido, portanto, uma cultura inspirada pelo sentimento de brasilidade revolucionária que produziria marcas profundas no cenário cultural brasileiro do período.

A relação entre mercado e engajamento é discutida, em suas ambiguidades e contradições, no movimento de transformação de propostas contestadoras em mercadorias. Passava a existir, em proporções significativas, um público ávido por consumir as obras de artistas críticos ou revolucionários, permitindo a profissionalização e até a consagração desses indivíduos. Os limites e possibilidades dessa relação são constantemente discutidos e retomados em vários momentos, favorecendo uma reflexão, tanto sobre a produção dos anos 1960, quanto sobre a atual, quando a mídia frequentemente destaca essa “brasilidade”, mas de forma a reforçar estereótipos sobre o país.

Em seus cinco capítulos, *Brasilidade revolucionária* traz textos anteriormente publicados em revistas ou coletâneas, agora, revistos e atualizados, oferecendo uma síntese das reflexões empreendidas pelo autor nos últimos anos. No primeiro capítulo, “Um livre pensador no movimento operário: Everardo Dias contra a República Velha”, modelos sociológicos são articulados a uma análise diacrônica na discussão sobre a trajetória de Everardo Dias – imigrante espanhol que transitou

pela maçonaria, anarquismo, tenentismo e comunismo –, problematizando as múltiplas adesões do personagem a correntes de pensamento variadas e até mesmo contraditórias que, no entanto, possuíam um traço em comum: o descontentamento com o tipo de modernização em curso na sociedade brasileira, sentimento compartilhado com outros artistas e intelectuais, ao longo da primeira metade do século XX. Sem propor um desenvolvimento linear em sua investigação, o autor identifica os momentos em que a brasilidade revolucionária ocupou espaço significativo na produção cultural e intelectual brasileira, procurando demonstrar que esse sentimento, ainda nascente, já podia ser identificado na diversificada militância política de Everardo Dias.

Aparentemente, os capítulos que abrem e encerram o livro parecem deslocados do restante da obra. Entretanto, o sentido de unidade do texto pode ser encontrado no exame das trajetórias de intelectuais que viveram experiências contraditórias e ambíguas, como Everardo Dias, ou na crise que afetou o meio intelectual nos anos 1980, discutida no quinto capítulo, “Intelectuais na (re) democratização: Marshall Berman e seu público brasileiro”. Se o fio condutor da discussão é o sentimento de brasilidade revolucionária, é pela análise da atuação de intelectuais e artistas no espaço público que ela se desenvolve. A ação do intelectual constitui, então, um aspecto importante da discussão que é constantemente retomada por Ridenti em toda a obra, ao explorar as transformações das estruturas de sentimento: da brasilidade revolucionária, localizada historicamente entre as primeiras décadas do século XX e os anos 1960, à “sensibilidade dita pós-moderna”, que ainda estaria em vigor no início deste novo século. Dos anarquistas e comunistas do início do século XX à crise do pensamento marxista, no embate com o pós-modernismo, o autor aponta a “cisão fáustica” como o dilema central do intelectual engajado, “portador de projetos de vanguarda numa sociedade subdesenvolvida e desigual”.

Para discutir as mudanças na atuação do intelectual, Ridenti analisa, ao final, a recepção de *Tudo que é sólido desmancha no ar*, de Marshall Berman, lançado com enorme sucesso no Bra-

sil, em 1986, pela Companhia das Letras, editora que iniciava suas atividades em um contexto de transição democrática, quando muitos intelectuais já começavam a rever a forma de sua intervenção política. O caráter provocativo, sugerido pelo autor no título da obra, aparece também em sua narrativa, pelo contínuo questionamento da institucionalização do “profissional” intelectual que, de “revolucionário”, passou a “resignado” e conformado à nova ordem social. Além de propor uma interpretação que pode ser considerada polêmica, ao identificar semelhanças entre o pensamento romântico e o marxismo, Ridenti explora outros temas perturbadores, ao examinar a diluição do pensamento revolucionário em estratégias mercadológicas e a atual inércia do intelectual, cuja presença no espaço público é cada vez mais escassa.

Para Ridenti, a reflexão de Berman encontrava ressonância entre setores da intelectualidade abertos a leituras que indicassem novos caminhos para o engajamento, pois apontava para o aspecto positivo e criativo de uma crise que poderia levar a novas transformações sociais. Nesta perspectiva – de valorização das experiências cotidianas e da liberdade individual – o intelectual deveria aprender a ver “os sinais da rua”, tornando-se um aprendiz e não mais a vanguarda que conduziria o proletariado. Entretanto, argumenta Ridenti, uma outra leitura, à revelia de Berman, acentuava o narcisismo, pela apologia da liberdade individual, em detrimento da individualidade libertária. Para ele, “passava a ganhar força o modelo de intelectual profissionalizado, competente e competitivo no mercado das ideias, centrado na carreira e no próprio bem-estar”. As ideias apresentadas por Berman, segundo o autor, podiam interessar àqueles que revisavam suas trajetórias de esquerda e que buscavam novas formas de atuação, mas também eram apropriadas por quem queria ausentar-se do debate e adotar uma atitude que ia do conformismo passivo à contemplação. Enfocando a relação entre mercado e o pensamento de esquerda, o autor propõe uma reflexão importante para entender o lugar do intelectual na sociedade atual, em um processo que também apresenta desdobramentos em outros países. O pragmatismo

pós-moderno teria contaminado os intelectuais que, na busca pela inserção institucional, deixam de intervir no debate político.

A grande contribuição de Ridenti, portanto, é o convite, até mesmo o apelo, para uma reflexão em torno da atuação do intelectual no espaço público, nos dias de hoje. Um dos principais interesses que a leitura de *Brasilidade revolucionária* desperta consiste na possibilidade de pensar as várias formas de atuar na sociedade; e na existência de nuances, nesta atuação, que uma interpretação maniqueísta não consegue dar conta. Além de contribuir para a discussão sobre a trajetória do pensamento político e cultural da esquerda brasileira, o autor convida a uma reavaliação da atitude do intelectual, não para retomar os modelos anteriores, mas para enfrentar, a partir da dialética passado/presente, o desafio de estabelecer algum tipo de diálogo com a sociedade. Mais do que propor respostas, este novo livro de Marcelo Ridenti formula indagações, indica novos modelos interpretativos, inquieta e instiga o leitor a, sobretudo, repensar, também, a sua própria prática intelectual e política.